

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012:** _____

---Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Primeiro Secretário da Mesa, Manuel Fernando Torres Arezes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
José Henrique Laranjeira Brito,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:

António Benjamim da Costa Pereira,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,

Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques e
Rui Manuel Martins Pereira.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

Bibiana Secundina Dias Oliveira
Berta Filipa Gonçalves Viana,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Miguel de Almeida Moreira,
Zélia Susete Rosas Fernandes,

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, apresentando uma Moção que se transcreve:

Moção em defesa da prestação, com qualidade, de serviços públicos de saúde à população do concelho de Esposende.

“Com o encerramento do Serviço de Atendimento e Cuidados Urgentes (SACU), no Centro de Saúde de Esposende, o acesso aos cuidados e serviços públicos de saúde, por parte de uma franja significativa da população, deteriorou-se profundamente.

Em substituição do mencionado SACU foi criada a modalidade da “consulta aberta” destinada, no fundamental, aos utentes que não têm médico de família.

Ora, este novo sistema de atendimento está a criar uma situação que há muito tempo não se via em Esposende. De facto, nos dias que passam, as pessoas, de todos as idades, logo ao raiar do dia, aglomerarem-se, formando filas à porta do Centro de Saúde, na ânsia da marcação de uma consulta. Feita essa marcação, o atendimento médico, quase sempre, acontece ao final da tarde. Quem não quiser submeter-se a tanto tempo de espera só tem como alternativa a rede privada de saúde paga a preço de ouro.

Esta é uma realidade triste, no que concerne ao sistema público de saúde, que se vive em Esposende, agravada pela míngua de médicos nas extensões de Fão e Apúlia e pelo definhamento completo da extensão de saúde de Belinho.

Trata-se, quanto à garantia de um direito básico, de um quadro triste e de claro retrocesso.

Por isso, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida a 27 de Fevereiro de 2012, delibera:

- Manifestar a sua veemente condenação e protesto acerca da referida deterioração dos serviços de saúde no concelho de Esposende;

- Remeter a presente Moção ao Agrupamento dos Centros de Saúde Baixo Cávado (Barcelos e Esposende) ao Governo (e.g. Ministro da Saúde), aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como divulgá-la junto dos Esposendenses através do site do Município e,

também, na comunicação social.”

Continuando, apresentou uma Moção que se transcreve:

Moção Dia Internacional da Mulher – Pelo direito a ter direitos – um futuro digno para as mulheres.

“Em 1910, a professora, jornalista e política alemã, Clara Zetkin, propôs numa Conferência Internacional de Mulheres a comemoração de um Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, dia de manifestação pela emancipação das operárias e pelo direito ao voto, que viria a ser celebrado pela primeira vez em 1911.

A afirmação do 8 de Março em Portugal é fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pelos direitos das mulheres e contra a discriminação, bem como para exigir as condições necessárias para uma vida digna.

E, hoje, mais do que nunca, importa realizar essa homenagem, chamando a atenção para o desespero quotidiano que atormenta a vida de tantas, tantas mulheres. Recorde-se que a taxa de desemprego entre as mulheres portuguesas é de 14,1% face aos 13,9 verificados entre os homens. No quarto trimestre de 2011 ficaram desempregadas 30.600 mulheres, aumentando os números do desemprego feminino para 365 mil; as pensões foram todas reduzidas mantendo-se as pensões de invalidez e velhice das mulheres mais baixas do que as dos homens; os abonos de família foram cortados ou eliminados a 1 milhão de 300 mil crianças e jovens; as mães trabalhadoras encontram cada vez maiores obstáculos no cumprimento dos direitos da maternidade.

O Orçamento de Estado para 2012 é um documento altamente penalizador para o povo português, particularmente para as mulheres. A alteração da taxa de IVA aplicada a produtos essenciais, o aumento dos preços dos transportes (tarifas e passes sociais), da água, da luz, do gás, nos combustíveis, nas telecomunicações, na educação e na saúde conduzem as famílias portuguesas para o desastre. Estes aumentos brutais agravam em muito as despesas familiares sobrando para as mulheres, quase sempre, a árdua tarefa de gestão do orçamento familiar.

A dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, o aumento das taxas moderadoras nos hospitais e nos centros de saúde, as alterações negativas nas participações dos transportes de doentes, o aumento dos preços de medicamentos e a alteração ou desaparecimento das participações e das isenções, são questões fundamentais que atingem as populações, particularmente as mulheres dada a redução do número de médicos e enfermeiros, a restrição de exames complementares de diagnóstico mesmo aqueles que lhes são indispensáveis como as mamografias, citologias, ecografias mamárias e densitometrias ósseas.

As medidas impostas geram um aprofundamento da pobreza e a exclusão social e conduzem a um aumento de todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica, a prostituição e o tráfico de pessoas, os problemas das pessoas imigrantes ou com deficiência. Estas são situações que atingem de forma mais dramática as mulheres, colocando-as numa situação de vulnerabilidade e desigualdade.

Por isso a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, delibera:

1 – Saudar todas as mulheres, em Portugal e no mundo, considerando o Dia Internacional da Mulher como uma jornada de comemoração, mas também de homenagem à luta pelos direitos das mulheres;

2 – Exortar todas as mulheres para que, à semelhança das que em 1910 saíram às ruas, defendam os seus direitos e lutem pela igualdade na lei e na vida e por um futuro mais digno;

3 – Reclamar do Governo uma mudança de rumo, seguindo políticas que garantam às

mulheres e aos homens do nosso país uma vida digna e com qualidade, que assegurem a igualdade e a não discriminação e que contribuam para um país equilibrado e justo;
4 – Divulgar esta moção, nomeadamente junto dos Esposendenses, através da comunicação social.”

Seguidamente, apresentou uma Recomendação ao Executivo do Município que calendarize a realização de iniciativas culturais na Casa das Marinhas do Arqt.º Viana de Lima e que se transcreve:

“ No dia 28 de Fevereiro de 2011, numa sessão ordinária desta Assembleia, a CDU apresentou uma recomendação para que a Câmara transformasse a Casa das Marinhas do Arquitecto Viana de Lima, num espaço de acção e dinamização cultural, priorizando a informação sobre Viana de Lima e a sua obra.

Com o pretexto de que a Câmara estava a definir um plano de dinamização para o mencionado espaço, a maioria PSD votou contra a referida recomendação.

Volvido precisamente um ano, nenhuma iniciativa foi promovida na Casa das Marinhas.

Ora, emergindo dinamizar este espaço de raro valor arquitectónico, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, no dia 27 de Fevereiro de 2012, recomenda ao Executivo do Município que calendarize a realização de iniciativas culturais na mencionada Casa das Marinhas de Viana de Lima, privilegiando a envolvimento e a participação das escolas do nosso concelho nas iniciativas que venham a ser programadas.”

Continuando, apresentou uma Pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal que se transcreve:

“Por avisos afixados nas montras das duas farmácias do perímetro urbano de Esposende ficaram os seus utentes e habitantes de Esposende a saber que iam ficar sem prestação de atendimento permanente, através da alternância no serviço nocturno.

Segundo justificações vindas a público, tal decorrerá da não existência em Esposende de uma unidade hospitalar do Serviço Nacional de Saúde. Mas a nova situação significa que os utentes de Esposende, que têm um Hospital da Santa Casa da Misericórdia, com outra unidade em Fão, para lá dos Centros de Saúde de cuidados primários, terão, para necessidades urgentes e nocturnas, de se deslocar a Barcelos. Relembre-se que Esposende vê na época balnear, a sua população ultrapassar as 40 mil pessoas!

Assim, pergunto:

Que acompanhamento/avaliação está a fazer desta situação a Câmara Municipal?

Foi ou não a Câmara Municipal consultada sobre a matéria?”

Interveio seguidamente Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, tendo apresentado três Votos de Pesar que se transcrevem:

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Joaquim da Silva Braga, Ex-Vereador da Câmara Municipal de Esposende.

“Em virtude do recente falecimento de Joaquim da Silva Braga, espírito benemerente e altruísta, ex-Vereador da Câmara Municipal de Esposende, de 1979 a 1982, distinguido com a Medalha de Mérito Municipal, cidadão exemplar que marcou a sua vida pela ligação, apoio e beneficência a várias instituições deste concelho, propomos seja aprovado um voto de pesar

por tal doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências à sua Família. Que desta deliberação seja dado formal conhecimento à digníssima família.”

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Eng.º João Maria Leitão de Oliveira Martins, Ex-Ministro e Secretário de Estado.

“Em virtude do falecimento do Eng.º João Maria Leitão de Oliveira Martins cidadão distinguido com a Medalha de Honra do Município de Esposende, ex-Ministro (1985-1990), Secretário de Estado (1970-1974) e Deputado à Assembleia da República (1987-1994), figura que marcou a vida pública portuguesa, pela sua competência e saber, pelos seus princípios, o que fez dele um cidadão e homem público inteiramente dedicado ao seu País. Assim propomos, seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências. Que desta deliberação seja dado formal conhecimento à digníssima família.”

Voto de Pesar pelo falecimento da senhora Maria do Sacramento Gomes Queiroga, mãe do senhor Alberto Figueiredo, Ex-Presidente da Câmara Municipal e Ex-Presidente da Assembleia Municipal de Esposende.

“Em virtude do falecimento da D. Maria do Sacramento, mãe do Sr. Alberto Figueiredo, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Esposende e Presidente desta Assembleia Municipal, propomos seja aprovado um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências ao Sr. Alberto Figueiredo e Família. Que desta deliberação seja dado formal conhecimento à digníssima família.”

Seguidamente, apresentou um Voto de Louvor ao Executivo Municipal que se transcreve:

“Temos assistido nos últimos meses a notícias que nos deixam preocupados. Ouvimos com frequência expressões como “Câmaras atoladas em dívidas” ou ainda documentos públicos que afirmam que “grande parte das Câmaras municipais não tem meios financeiros para liquidar as suas dívidas a curto prazo”. Não deixa de ser preocupante esta situação que, aliada aos problemas das dívidas do poder central, nos coloca numa situação crítica.

No meio de toda esta confusão há, no entanto, quem esteja na política de forma séria e sensata.

Quem olhe para a “coisa” pública com respeito e, sobretudo, com consciência de que gerir dinheiros públicos exige, sobretudo, muito rigor.

No conjunto dos Municípios que têm sido apontados como exemplares em vários domínios temos o de Esposende, o que, naturalmente, nos enche de orgulho.

Não é de mais realçar o facto de a Câmara Municipal de Esposende ser um dos poucos municípios que terminaram o ano de 2011 e transitaram para 2012 sem dívidas a fornecedores e/ou empreiteiros não deixando, mesmo assim, de fazer os investimentos programados.

Também num recente estudo de um investigador do Instituto Superior Técnico sobre a “Avaliação de desempenho dos municípios portugueses” onde estiveram em evidência critérios como a relação entre os custos financeiros e humanos, o número de trabalhadores e os serviços prestados à população e aspectos como o número de equipamentos municipais, a rede viária do município, o volume de água distribuída e a recolha de resíduos, cruzando ainda esses dados com a população residente em cada município e com os custos financeiros e humanos de cada autarquia, o Município de Esposende, entre os 304 municípios que colaboraram neste estudo, surge nos 10 primeiros lugares das Câmaras mais eficientes do

país, saliente-se a única da região norte.

Pela forma como o Executivo Municipal tem levado a cabo as políticas de governo municipal, pelo rigor com que tem gerido o seu orçamento, procurando honrar a tempo e horas os seus compromissos e, dessa forma, dar o exemplo de como se pode e deve por a economia a funcionar, PROPOMOS ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, seja votado um VOTO DE LOUVOR ao executivo Municipal.”

---Sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, foram os trabalhos interrompidos, tendo sido retomados pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos altura em que se verificava a presença dos membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, iniciando-se às mesmas pelos votos de pesar apresentados, obtiveram-se as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOAQUIM DA SILVA BRAGA, EX-VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOAQUIM DA SILVA BRAGA, EX-VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ENG.º JOÃO MARIA LEITÃO DE OLIVEIRA MARTINS, EX-MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO. --

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ENG.º JOÃO MARIA LEITÃO DE OLIVEIRA MARTINS, EX-MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DO SACRAMENTO GOMES QUEIROGA, MÃE DO SR. ALBERTO FIGUEIREDO, EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA D. MARIA DO SACRAMENTO, MÃE DO SR. ALBERTO FIGUEIREDO, EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR AO SENHOR ALBERTO FIGUEIREDO E À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

4 – MOÇÃO EM DEFESA DA PRESTAÇÃO, COM QUALIDADE, DE SERVIÇOS

PÚBLICOS DE SAÚDE À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA E, ASSIM, MANIFESTAR A SUA VEEMENTE CONDENAÇÃO E PROTESTO SOBRE A DETERIORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU REMETER A PRESENTE MOÇÃO AO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO BAIXO CAVADO (BARCELOS E ESPOSENDE), AO SENHOR MINISTRO DA SAÚDE, AOS GRUPOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA, BEM COMO, DIVULGAR JUNTO DOS ESPOSENDEENSES, ATRAVÉS DO SITE DO MUNICÍPIO, E JUNTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU e os 3 deputados Independentes, num total de 4. Abstiveram-se os 19 deputados do Grupo Político do PSD, os 6 deputados do Grupo Político do PS e os 2 deputados do Grupo Político do CDS-PP, num total de 27. -----

5 – MOÇÃO DIA INTERNACIONAL DA MULHER – PELO DIREITO A TER DIREITOS – UM FUTURO DIGNO PARA AS MULHERES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU, os 6 deputados do Grupo Político do PS num total de 7. Abstiveram-se os 2 deputados do Grupo Político do CDS-PP e votaram contra os 19 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 22. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Político do PSD vota contra porque achamos estranho que a CDU utilize a figura da mulher como arma de arremesso, porque na sua proposta, faz referência à mulher unicamente por três ou quatro vezes e simultaneamente faz referência, pelo menos, uma dezena de vezes ao governo. Achamos ser um mau serviço prestado e de mera política.”

6 – RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO QUE CALENDARIZE A REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS NA CASA DAS MARINHAS DO ARQT.º VIANA DE LIMA. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU, os 6 deputados do Grupo Político do PS num total de 7. Abstiveram-se os 2 deputados do Grupo Político do CDS-PP e votaram contra os 19 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 22. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Político do PSD vota contra porque entende se tratar de desconhecimento por parte do proponente da recomendação. A escritura da casa aconteceu há poucos dias e a Câmara Municipal já providenciou a limpeza daquele espaço, bem como está a ser preparada uma exposição para aquele edifício seja transformado no “Centro Cultural Viana de Lima”.

7 – VOTO DE LOUVOR AO EXECUTIVO MUNICIPAL. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR AO EXECUTIVO MUNICIPAL PELA FORMA COMO TEM LEVADO A CABO AS POLÍTICAS DE GOVERNO MUNICIPAL, PELO RIGOR COM QUE TEM GERIDO O SEU ORÇAMENTO, PROCURANDO HONRAR A TEMPO E HORAS OS SEUS COMPROMISSOS E, DESSA FORMA, DAR O EXEMPLO DE COMO SE PODE E DEVE POR A ECONOMIA A FUNCIONAR. -----

Votaram a favor os 19 deputado do Grupo Político do PSD, os 2 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados Independentes, num total de 24. Votaram contra os 4 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

Não participaram na votação do presente assunto os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Esposende e Fão por se terem ausentado momentaneamente.

Foram proferidas as seguintes declarações de voto:

Pelo Grupo Político do PS.

“O Grupo Político Municipal do Partido Socialista vota contra o voto de louvor apresentado pelo PSD ao Executivo Municipal, porque as contas de 2011 ainda não foram apresentadas e porque entendemos que o Poder Local deve ser percebido de uma maneira muito mais global, e bem diferente daquela que têm sido adoptada pelo PSD, e das razões que pretendem justificar este voto de louvor.

A um Executivo Autárquico não basta ter as contas em dia, essa é a obrigação de qualquer pessoa particular ou colectiva, mais ainda a uma Autarquia, onde essa responsabilidade é ainda maior, tanto no rigor como no tempo para honrar os seus compromissos.

Para o Partido Socialista, uma Autarquia tem que ter uma dinâmica de desenvolvido integral do seu concelho, não chega fazer obras que encantem somente os olhos, tem que dar sobretudo atenção á acção social, deve captar mais e mais empresas para criação de riqueza e de emprego no seu concelho, coisa que não temos visto até aqui.

Tem que ter estratégias de inovação na educação, nomeadamente tentar influenciar a criação de cursos capazes de contribuírem para o desenvolvimento dos sectores existentes no concelho e isto não temos constado até aqui.

O que temos visto?

Muito pouco, podemos dizer que quase nada disto têm sido feito pelos Executivos do PSD, nestas duas últimas décadas em que têm governado o concelho, pelo que só podemos votar contra este voto de louvor aqui apresentado nesta Assembleia.”

Pelo Grupo Político da CDU.

“A maioria PSD transformou, ao longo de mais de vinte anos, o nosso concelho num deserto cultural. Numa perspectiva comparada, e tendo apenas em atenção os municípios que nos são

próximos, o PSD, desde logo na vertente em apreço, sempre orientou a sua acção com base no improvisado, nas acções desgarradas e inconsistentes.

As questões do desenvolvimento económico passaram sempre ao lado das preocupações da maioria PSD. Hoje, temos um tecido produtivo industrial incipiente, localizado, na sua maioria, em pseudo zonas industriais, com características típicas do terceiro mundo.

Acresce, ainda, a acção nefasta, ao longo dos anos, da gestão PSD no que concerne às políticas do urbanismo e ambiente. Efectivamente, a Câmara PSD viabilizou, politicamente, a destruição do nosso património ambiental, permitindo que se molestasse o lema “ESPOSENDE PRIVILÉGIO DA NATUREZA”. Toda a riqueza natural e paisagística (e.g. Pinhal de Ofir - Apúlia / Pinhal de Cepães e muitas zonas rurais) da faixa litoral de Esposende sucumbiu perante lógicas de pura especulação imobiliária. Neste quadro, o nosso concelho ficou mais descaracterizado e mais pobre.

É este saldo negativo, é esta realidade triste que o Grupo Político do PSD pretende esconder com o presente Voto de Louvor.

Por tudo o que vimos de dizer, a CDU vota contra o Voto de Louvor ora apresentado pelo PSD.”

Regressaram à sala os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Esposende e Fão.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais questões que possam ser colocadas pelos senhores deputados.

Seguidamente e respondendo à questão colocada pelo deputado Manuel Carvoeiro e que se prende com o funcionamento das farmácias, referiu que, não sabendo se o senhor deputado tem o conhecimento exacto dos factos, referiu que no concelho de Esposende existem oito farmácias, sendo que, destas, seis funcionavam em regime de disponibilidade e as duas restantes em regime permanente. Contudo, as duas farmácias que funcionavam em regime permanente e perante um conjunto de factores, nomeadamente a reduzida quantidade de serviço durante o período nocturno, os custos acrescidos que isto acarreta e a crise que neste momento todo o país atravessa, solicitaram a passagem para o regime de disponibilidade.

Disse também que foi transmitido pelos proprietários destas farmácias, nos contactos que foram feitos com a Câmara Municipal, até porque a Autarquia não anda distraída e, está permanentemente atenta a todos os problemas que vão surgindo no concelho, informaram que mesmo mudando de regime, ficou o compromisso de deixarem sempre um contacto telefónico para situações de urgência e que desta forma fica assegurada a disponibilização dos medicamentos aos utentes. Disse ainda que, das duas mil e seiscentas farmácias que existem em Portugal, somente vinte e quatro irão ficar no regime permanente.

Continuando, informou que se iniciou precisamente no dia de hoje uma inspecção ordinária da IGAL ao Município de Esposende, referindo também que a última inspecção havia sido há cerca de quatro anos e que, pelo que é considerado normal, estas inspecções realizam-se de quatro em quatro anos e que, a mesma, se deverá prolongar por um período de sensivelmente trinta dias.

Continuando a sua intervenção informou que, tendo em conta a recente legislação sobre o licenciamento zero, que se aplicará a vários domínios e entrará em vigor já no próximo mês de Maio e, irá funcionar essencialmente através de plataformas electrónicas, nomeadamente

através do portal do empreendedor, a autarquia está a trabalhar no sentido de conseguir cumprir todos os prazos, uma vez que terão obrigatoriamente de ser transformados todos os regulamentos municipais num único documento que será o Código Regulamentar do Município de Esposende. Disse ainda que, para tal fosse possível, foi criado no passado mês de Agosto de 2011 um grupo de trabalho para trabalhar especificamente no processo que, pela sua complexidade, se tornou bastante moroso. Referiu seguidamente que, apesar de todos os esforços, só agora foi possível obter a proposta final do Código Regulamentar. Contudo, tendo em conta todo o processo necessário para aprovação e implementação do código, que terá que entrar em vigor até ao final do mês de Abril para que, seja então possível a implementação do referido licenciamento zero, se verifica que o prazo é bastante reduzido e que se encontra mesmo no limite, pelo que, infelizmente, não foi possível à Câmara Municipal actuar como tinha previsto, que era dar a conhecer o documento previamente à Assembleia Municipal e aos senhores Vereadores da Câmara para que, com a devida antecedência tivessem tido a oportunidade de analisar o documento e consequentemente apresentarem os seus contributos. Contudo e tendo em conta que, como explicou, não foi possível tal actuação, o documento foi entretanto presente em reunião de Câmara para ser submetido a discussão pública que decorrerá pelo período de trinta dias.

Continuando, apelou aos senhores deputados para que, se tiverem disponibilidade e se assim o entenderem, façam chegar à Câmara Municipal, no período de discussão pública, as propostas e contributos que entendam ser oportunas, para que, quando o documento for novamente presente à Câmara Municipal, já contemple esses contributos. Informou ainda que o Código Regulamentar irá ser disponibilizado a todos os senhores deputados através do envio do mesmo via email.

Usou seguidamente da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, sobre a questão relativa às farmácias e em complemento aos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, acrescentou que actualmente trinta por cento das farmácias existentes em Portugal se encontra numa situação de pedido de insolvência e que, segundo lhe foi dado a conhecer, o Governo irá em breve proceder a uma revisão da Lei para facilitar o acesso ao medicamento.

Continuando, e em relação ao Código Regulamentar, disse que a exemplo do que tem sido feito noutras matérias, poderá também a Comissão Permanente da Assembleia Municipal analisar o referido documento no sentido de acertar alguns aspectos que contribuam para que, quando o documento for presente à Assembleia Municipal, seja mais fácil a sua discussão e votação.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU que, em relação às intervenções do Polis Litoral Norte, e perante o que lhe foi dado a conhecer através da informação escrita do senhor Presidente, gostaria de ser esclarecido sobre o ponto da situação obra de Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que a situação é exactamente aquela que é relatada no documento, até porque, como já teve a oportunidade de informar, as indicações dadas pelo Ministério do Ambiente em reunião ocorrida em Agosto último foram de suspender todos os procedimentos. Disse ainda que, após essa reunião e já numa outra, realizada em Outubro de 2011, na presença da senhora Ministra do Ambiente, foi conseguida autorização para dar seguimento a alguns projectos, nomeadamente aqueles cujo financiamento é suportado por fundos comunitários e pelas autarquias. Concluindo, informou que é por tal razão que se encontra em execução a obra de requalificação da Zona Ribeirinha

de Esposende e que também avançará a obra de requalificação da Zona Ribeirinha de Fão, até porque já houve deliberação da Polis em lançar a concurso. Acrescentou ainda que entretanto surgiram dúvidas sobre uma parte dos terrenos que eram tidos como públicos mas afinal são espaços privados, pelo que, para não atrasar a obra, uma vez que teria que existir negociações com os proprietários dos terrenos, serão feitos pequenos acertos no projecto para não atrasar a obra.

Seguidamente usou da palavra José Felgueiras, do Grupo Político do PS que, inicialmente deu a conhecer que se sentia muito satisfeito e se congratulava com o facto do empreiteiro das obras de Requalificação da Zona Central de Esposende já se encontrar à procura de locais para proceder à colocação do seu estaleiro de obra e que, tal facto, indiciava que o início dos trabalhos estaria para breve.

Continuando, questionou o senhor Presidente da Câmara se o do boletim cultural seria editado no corrente ano. Disse ainda que, pese embora as dificuldades económicas, a edição do boletim cultural sobre a República se mostrava de grande importância, referindo que, embora não tenha ideia dos custos que representam a edição do boletim, é sua opinião que, apesar se estar numa altura de poupanças, a edição do boletim, pela importância cultural que se revela, não terá, no orçamento da Câmara, grande expressão.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que registava com agrado o facto do senhor Presidente da Junta de Esposende estar satisfeito por saber que vão avançar muito em breve as obras de Requalificação Urbana da Zona Central de Esposende que, disse, tais obras, face ao grande investimento para a realização das mesmas, só são possíveis de se efectivarem pelo facto da Câmara de Esposende ser uma Câmara eficiente e que paga os seus compromissos a tempo e horas.

Continuando e sobre a questão colocada relativamente ao boletim cultural, referiu que, até pela situação económica que todos atravessam, e porque como referiu anteriormente, sendo a Câmara de Esposende uma Câmara eficiente, não se poderá dizer que a edição do boletim cultural não tenha impacto no orçamento da Autarquia porque, até o custo de uma simples folha de papel tem impacto mas que, por se estar a poupar em tudo é que haverá condições para, este ano, se proceder ao lançamento de mais um número do boletim cultural, mas que relativamente aos seus conteúdos, os mesmos, serão alvo de tratamento por parte do Pelouro da Cultura da Câmara.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte de Dezembro de 2011 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

No período de discussão do presente assunto, usou da palavra o senhor deputado Manuel Carvoeiro referindo ter alguma dificuldade em votar favoravelmente a acta apresentada a votação porque, como referiu, há uma parte que considera relevante, nomeadamente uma intervenção do senhor Presidente da Assembleia onde refere não enviar a proposta da Assembleia Municipal sobre a Reforma da Administração Local, proposta aprovada por

unanimidade, e que, como disse, não se encontra relatada na acta.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal tendo referido que não será por esse motivo que o documento não será aprovado e que não vê qualquer inconveniente que seja transcrito para a acta a sua intervenção que, em seu entender e, acreditando que sem intenção, o senhor Deputado Manuel Carvoeiro distorceu o que na altura disse. Acrescentou que, na altura, não disse que não enviava a proposta, mas sim, que não assinaria o ofício com a proposta que aqui havia sido votada e que, também na altura, solicitou ao 1.º Secretário da Mesa para assinar esse mesmo ofício, até porque, como referiu nessa intervenção, o documento foi presente na sessão para emissão de parecer e não para a sua votação, porque a Lei, essa sim, iria ser presente à Assembleia Municipal para votação, pelo que entendeu que, tendo em conta a sua posição de Deputado da Assembleia da República e Presidente da Assembleia Municipal, não poderia estar a pactuar com aquilo que considerava ilegal que era dar um parecer votado naquilo que não nos tinha sido pedido, disse ainda estar certo que foi uma posição legítima e que se sente convicto de ter sido a posição correcta. Continuando, sugeriu que o assunto fosse retirado para ser votado na próxima sessão da Assembleia e que, disse, faz questão que, até para salvaguarda daquilo que são os seus princípios e regras democráticas de funcionamento de uma sociedade, seja transcrito para a acta essa sua intervenção.

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para intervir dizendo que, como responsável pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal e em complemento ao que anteriormente fora dito, disse que se os senhores deputados verificarem as actas da Assembleia de há 10 anos atrás, facilmente verificarão que, dando como exemplo a intervenção do deputado Manuel Carvoeiro, verificarão que, na altura, era registado em acta que o deputado usou da palavra sobre determinado assunto e nada mais era transcrito para a acta. Continuando, referiu que, de facto, nos últimos anos têm havido a preocupação de tornar as actas mais elaboradas e que, se verifica que praticamente tudo é transcrito para a acta, mas que, os senhores deputados terão que entender que, até do ponto de vista humano, transcrever para a acta tudo o que é dito numa sessão de três ou quatro horas se torna um trabalho muito difícil e, acrescentou, não ser por acaso que se começou a gravar em áudio as sessões da Assembleia Municipal e que o registo em áudio servirá, caso haja necessidade, de um dia mais tarde alguém quiser fazer prova de alguma coisa ou tirar alguma dúvida. Continuando, disse que se os senhores deputados entenderem ser importante que fique registada em acta determinada intervenção ou expressão que entendam ser verdadeiramente importante, deverão solicitar que tal seja efectivado na acta. Terminado disse que, sempre que os senhores deputados o pretendam, poderão consultar os registos áudio que se encontram arquivados.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia referindo ser importante e pertinente a sugestão do senhor Presidente da Câmara, sugerindo aos senhores deputados que, sempre que entenderem ser importante o registo de alguma situação em concreto, façam referência para que os serviços tenham isso em atenção e possam transcrever para o documento.

Continuando, sugeriu que futuramente seja feita referência na acta que existe registo áudio da sessão e que, esse registo faz parte integrante do documento, passando assim a ser um documento oficial anexo à acta.

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE FOI O PRESENTE ASSUNTO RETIRADO.

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE – ANO DE 2011 – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente na sessão o Relatório de Actividades da Assembleia Municipal de Esposende referente ao ano de 2011. Fica arquivada cópia da mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor deputado Manuel Carvoeiro referindo que, tal como tinha sugerido, aquando da apresentação do anterior relatório, pese embora tenha havido uma evolução, deveria o relatório dar a conhecer, para além dos documentos apresentados pelos Grupos Políticos e apesar de ser feita referência à votação que teve cada assunto, deveria ainda mostrar exactamente como decorreu a votação.

Continuando, disse que lhe foi solicitado, para este mesmo relatório, a sua actividade enquanto deputado, para ser vertido neste documento, mas que, como é sabido, na sessão de Abril de 2010 tomou posse o Conselho Municipal de Segurança e foi, também aprovado o respectivo regulamento, e após isto, o Conselho Municipal de Segurança reuniu uma única vez. Referiu ainda que, nos termos da Lei este órgão deveria reunir trimestralmente, pelo que, esse facto, o impossibilitou de apresentar a sua actividade no órgão. Ainda sobre o mesmo assunto, questionou se não há problemas de segurança no Concelho de Esposende?

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia referindo que se trata de um documento circunstancial e que serve para dar a conhecer a actividade da Assembleia e que, no caso em concreto, isso acontece. Referiu ainda que, se alguém estiver interessado em saber exactamente como decorreu determinada votação, o poderá fazer através da consulta das actas.

Continuando a sua intervenção, referiu existir altura própria para que cada Grupo Político intervenha e transmita as suas opiniões políticas e que, não cabe neste ponto opiniões políticas, até porque, o relatório em questão não será votado, pelo que sugeriu que as opiniões e intervenções políticas sejam feitas nas alturas certas que estão previstas na ordem de trabalhos.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que, respondendo à questão levantada pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro, disse, não está em causa que o órgão reúna trimestralmente, mas que como compreenderá, a entidade que acompanha mais de perto as questões de segurança é a Guarda Nacional Republicana e que, ficou acordado com o senhor comandante da GNR que se convocaria o Conselho Municipal de Segurança sempre que houvesse matéria suficiente ou necessidade de reunir e que, até à presente data isso não foi solicitado ou necessário.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.04 – PACTO DE AUTARCAS – PLANO DE ACÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA DE ESPOSENDE. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de Agosto de 2011, foi presente na sessão o Pacto de Autarcas – Plano de Acção para a Sustentabilidade Energética de Esposende. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara explicando e dando a conhecer o documento e os seus propósitos. No decorrer da sua intervenção deu a conhecer que este plano foi promovido pela Comissão Europeia, tendo como grande objectivo que os Municípios aderentes promovam uma redução de 20% na emissão de CO2 até ao ano de 2020. Deu ainda a conhecer que o Plano de Acção para a Sustentabilidade Energética de Esposende foi aprovado pela Câmara Municipal em Agosto de 2011 e remetido, na altura, à Comissão Europeia para aprovação. Disse também que, pese embora ainda não tenha sido recepcionada a sua aprovação, a Autarquia já se encontra a implementar um conjunto de acções que estão previstas no plano.

Terminou a sua intervenção referindo que, em toda a região norte, para além do Município de Esposende, só os Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia se encontram em processos idênticos e o Município de Ponte de Lima iniciou recentemente o processo de adesão, pelo que, é em seu entender, um motivo de orgulho para o Concelho de Esposende.

Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, saudando a Autarquia por ter aderido a este plano e que deverá haver uma mobilização de todos para que no ano de 2020 Esposende possa dizer “consequimos”.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.05 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não se verificaram intervenções. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor Manuel Melo que usou da palavra nos termos do Regimento. -----

Assim, no uso da palavra, o senhor Manuel Melo questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à Reforma da Administração Local, no sentido de saber se a Assembleia Municipal de Esposende irá manter a posição assumida na sessão extraordinária de Dezembro passado.

Continuando questionou o senhor Presidente da Câmara se a Autarquia vai apostar na formação de nadadores salvadores para a próxima época balnear para que estes fiquem a vigiar

as praias do concelho que não estão concessionadas.

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que não pode responder à questão colocada, até porque, nunca poderia decidir sozinho sobre tal assunto e que a decisão final passará sempre pela Assembleia Municipal no seu todo, independentemente da posição individual que cada deputado possa ter sobre a matéria.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara respondendo que a responsabilidade pela colocação de nadadores salvadores nas praias não é uma competência dos Municípios e que essa competência é da responsabilidade dos concessionários das praias com concessão e que, nas restantes praias, essa responsabilidade é do Instituto de Socorros a Náufragos. Disse ainda que, em situações de emergência e sempre nas praias concessionadas, a Autarquia em colaboração com ISN poderá eventualmente dar alguma ajuda no sentido de assegurar a vigilância nessas praias.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

---Sendo vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

Faz parte integrante desta acta o registo áudio da presente sessão e que se encontra em arquivo na Câmara Municipal.

ACTA

N.º 01/2012

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
27 de Fevereiro de 2012